

“O trabalho para a próxima COP27 começa já agora!”

O Capital Verde reuniu um painel de especialistas de alto nível para responder às principais perguntas que ficaram por responder depois das luzes se apagarem na COP26, em Glasgow. **BÁRBARA SILVA**

Com os resultados da Cimeira do Clima das Nações Unidas ainda a serem digeridos e as opiniões a dividirem-se sobre se a COP26 foi afinal um sucesso ou um fracasso, o Capital Verde reuniu um painel de especialistas de alto nível para responder às principais perguntas que ficaram por responder depois das luzes se apagarem no palco principal de Glasgow.

Do administrador do grupo EDP com pelouro da Sustentabilidade, Miguel Setas, até ao managing director, partner e office leader Portugal do Boston Consulting Group, Pedro Pereira, ao partner da EY de serviços de sustentabilidade e alterações climáticas, Manuel Mota, aos advogados João Marques Mendes, sócio co-coordenador da área de energia da PLMJ e Raquel Freitas, associada coordenadora da área de ambiente da PLMJ, fomos também tentar perceber o que fica para resolver na COP27 no Egito, já no próximo ano.

COP26: Sucesso ou fracasso?

Do que observou durante os dias que esteve em Glasgow, Miguel Setas, da EDP, diz que “é preciso entender a complexidade de uma negociação que, ao longo de duas semanas, senta quase 200 países à mesa para

conseguir consenso sobre tantos temas quando cada país tem os seus próprios desafios e ritmos de transição energética”.

Ainda assim, é otimista e fala de várias alianças globais, multissetoriais (partes e observadores) e bilaterais que trouxeram esperança ao demonstrarem aceleração da ação climática (descarbonização, resiliência e financiamento), numa corrida à neutralidade carbónica. Falta agora “cumprir os seus compromissos com o menor custo possível e em tempo recorde”.

Já na opinião de João Marques Mendes e Raquel Freitas, da PLMJ, “é inegável que os resultados da COP26 ficaram claramente aquém das expectativas”. No entanto, “houve conquistas importantes, tais como o compromisso alargado para a redução das emissões de metano, para o fim da desflorestação em 2030 e o compromisso de 190 países para cessar o uso de carvão na produção de energia”.

Mas ambos falam de “compromissos suaves que apontam para demasiado tarde o alcance da neutralidade carbónica da China, Rússia e Índia” e que não nos colocam mais perto do necessário para evitar alterações dramáticas em função do aquecimento global”.

“É, ainda assim, possível olhar para este panorama



com alguma compreensão e esperança. Mas a esperança por si só não é suficiente e a urgência da transição climática não vai abrandar. Assim, a exigência não deve diminuir. A Europa e os Estados Unidos devem liderar o processo – têm o dever moral de o fazer, pelo legado de emissões passadas que têm – e com isso manterão e até reforçarão a legitimidade para exigir o mesmo das potências emergentes”, rematam João Marques Mendes e Raquel Freitas.

Que avaliação fazem do texto final do Pacto Climático de Glasgow?

Manuel Mota, da EY, concorda que “o Pacto Climático de Glasgow reafirma e mantém “ao alcance” a meta de limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos valores pré-industriais”.

“Mesmo que insuficientes, os novos compromissos dos Governos incluídos no pacto não deixam de constituir um passo importante para manter vivo o objetivo global de 1,5°C. Há, contudo, muito a fazer. E, com o tempo esgotar-se este objetivo exige um esforço conjunto para um corte efetivo de emissões. Será agora fundamental assegurar que estes mesmos compromissos sejam cumpridos no prazo estipulado, de forma

a efetivamente contribuir para o objetivo de longo prazo de limitar o aumento da temperatura média global”, defende.

Miguel Setas, da EDP, fala de um acordo final alcançado na COP26, que mesmo não sendo o ideal, representa um passo muito relevante na ação climática: mantém o limite do aumento da temperatura média global a 1,5°C, aborda a mitigação, adaptação e financiamento. “Penso, por isso, que se conseguiu um acordo muito importante e que permite dar passos significativos em áreas absolutamente críticas para a transição energética”, defende.

“É a primeira vez que um tratado das Nações Unidas sobre o clima inclui uma referência explícita à necessidade de eliminar progressivamente a exploração, produção e consumo de combustíveis fósseis, bem como a produção de eletricidade a partir da queima do carvão (o Acordo de Paris, por exemplo, não o referia)”, sublinha Miguel Setas.

Pedro Pereira, da BCG, vê como positivo o facto de 90% do mundo estar comprometido com ser neutro em carbono, assim como a conclusão do “Roadbook de Paris”, com a criação de um mercado internacional de carbono. “Sublinhamos ainda a mobilização do setor

Continua na página seguinte

privado, de forma colaborativa e com iniciativas para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias em setores cujo abatimento de carbono é mais desafiante, e o crescimento claro da mobilização através de Parcerias Público-Privadas”, remata.

O que ficou mesmo a faltar no documento?

“O pacto apresentou alterações até ao último minuto, destacando-se a alteração de texto, proposta pela Índia e com apoio dos países do G77+China, com a adoção de uma linguagem menos ambiciosa”, reforça Manuel Mota, da EY.

Para Pedro Pereira, managing director, partner e office leader Portugal do Boston Consulting Group, “os sucessos e insucessos da conferência COP26 estão refletidos nas qualidades e falhas do documento final”.

“A nosso ver, a COP26 excedeu as expectativas se considerarmos o contexto político atual, mas ficou aquém das possibilidades, considerando a tecnologia já hoje disponível”, argumenta os especialistas.

Por outro lado, defende, a COP26 deixa por resolver alguns temas. A começar pelo acordo para se deixar gradualmente de utilizar carvão que fica por assinar pelos principais emissores a partir do carvão, sendo que, devido à pressão de países como a Índia, no texto final do acordo da COP26, o objetivo consolidou-se apenas como “reduzir as emissões de carvão”. “Ficou também por firmar um compromisso de *loss and damage*, ou seja, de dar suporte aos efeitos do aquecimento global, como são exemplo as cheias e os incêndios”, refere

“O número de compromissos para 2030 é também ainda insuficiente face às necessidades do planeta e fica por atingir o objetivo de investir os 100 mil milhões de dólares do fundo anunciado, em 2009, em Copenhaga, que visa ajudar a transição climática dos países menos desenvolvidos”, remata.

Que consequências imediatas já se estão a sentir? Futuros de carbono atingem recordes depois da COP. Porquê?

Manuel Mota, da EY, argumenta que as decisões decorrentes da COP26, nomeadamente o fecho das regras para a criação de um mercado global de carbono e a pressão contínua aos países para redução de emissões, constituem também um *driver* para este aumento.

“Os preços de referência para as licenças de emissão de carbono têm estado a subir e atingiram o recorde de



69,77 euros por tonelada métrica no índice ICE Endex, no passado dia 19 de novembro de 2021”.

Do ponto de vista das empresas, como a EDP, o capital estará cada vez mais alinhado com a neutralidade carbónica. “O sistema financeiro começa já a demonstrar alterações, incluindo no âmbito da regulamentação e fiscalização, e acreditamos que a disponibilidade e custo de capital para atividades mais intensivas em carbono ficará mais restrito”, diz Miguel Setas.

“As políticas de transição energética têm claramente impacto nos mercados de carbono, sendo um dos desses efeitos o aumento dos preços, como já se verifica há largos meses. A subida dos preços, aliás, começou há cerca de um ano, acompanhando a recuperação da atividade económica pós-pandemia, tendo os preços subido 2,5 vezes, passando de 25 para 65 euros por tonelada no espaço de um ano. Com a pressão climática, haverá uma maior procura de licenças de carbono pelas instituições que pretendem reduzir ou neutralizar as suas emissões. E essa é uma dinâmica de mercado que gera recursos importantes para investir em energias limpas e em tecnologias que ajudam a mitigar o impacto dessas mesmas emissões”.



É inegável que os resultados da COP26 ficaram claramente aquém das expectativas

JOÃO MARQUES MENDES
E RAQUEL FREITAS
PLMJ

Dando um passo atrás, o que são futuros de carbono? Pedro Pereira, da BCG, responde: “No mercado de carbono, cada nação tem um número definido de licenças para emitir CO₂, até um determinado nível. Se não utilizar todas as suas licenças, poderá vendê-las a outro país, que pretenda emitir mais CO₂ e já não possua licenças”.

Resultado da COP26, foi criado o mercado internacional de carbono, que facilita a troca de futuros de carbono. Havendo uma pressão na procura e uma maior facilidade de troca, os preços aumentaram e atingiram máximos históricos.

“Os mercados financeiros tendem a reagir de forma mais imediata, portanto é natural que os principais efeitos imediatos sejam o preço dos futuros de carbono. No entanto, esta COP26 terá consequências a médio e longo prazo para as empresas, nomeadamente, a existência de maior pressão para um reporting de ESG (critérios ambientais, sociais e de governance) mais uniforme e transparente”, antevê o especialista.

O que fica para resolver na COP27 no Egito em 2022?

Miguel Setas, da EDP, antevê que se “continue a sentir a pressão da urgência climática” e que o fim definitivo do carvão seja novamente um tema na agenda da COP27. “Em paralelo, deveremos assistir a um novo debate sobre os mecanismos de financiamento dos países mais vulneráveis para apoio aos seus processos de transição energética”.

“Na COP27, no Egito, estarão em cima da mesa os modelos de colaboração e transparência criados para cumprir os compromissos feitos. Serão também discutidos planos de adaptação para as economias lidarem com esta transição energética e com os efeitos do aquecimento global”, antecipa Pedro Pereira, da BCG.

Manuel Mota, da EY, tem uma visão bastante mais pessimista: “A COP26 vem reforçar que ainda há muito a fazer por governos, associações e empresas. A resposta à crise climática é uma responsabilidade de todos, e a COP26 deixou claro que 2022 será um ano de ação para o setor privado. A comunidade empresarial poderá ter um papel fundamental no apoio aos governos, em especial no estabelecimento de parcerias estratégicas que permitam encorajar o aumento do seu nível de ambição”.

“Não nos podemos esquecer que o trabalho para a COP27 começa agora!” ●

ESG e investimento de impacto em Portugal: o estado da arte



O setor privado parece ser para já a força impulsionadora do ponto de vista organizacional, para a implementação de objetivos e políticas comuns a todo o setor.

BRUNO FERREIRA Managing partner e sócio da PLMJ - Bancário e Financeiro e Mercado de Capitais; **SARA ASSEICEIRO** Associada da PLMJ - Bancário e Financeiro e Mercado de Capitais

Em Portugal foram já adotados alguns atos legislativos que abordam fatores ESG, nomeadamente, e por um lado, o Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe a Diretiva 2014/95/UE sobre divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de grandes empresas e grupos, que veio introduzir certos deveres de informação relativos à informação não financeira e às políticas internas de diversidade, e, por outro lado, a Lei n.º 62/2017, que estabeleceu o regime da representação equilibrada de género nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.

Em 10 de março de 2021, o Regulamento Europeu 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, tornou-se, na sua maioria, diretamente aplicável em Portugal. Este regulamento veio estabelecer determinados deveres de transparência na forma como os intervenientes no mercado finan-

ceiro deverão ter em conta os riscos de sustentabilidade nas suas decisões de investimento ou nas suas atividades de consultoria para investimento, nomeadamente:

- a integração de certos riscos relacionados com eventos ou condições de natureza ambiental, social ou de governança cuja ocorrência seja suscetível de causar um impacto negativo significativo, real ou potencial, no valor do investimento;

- a consideração dos impactos das decisões de investimento e dos pareceres que resultam em efeitos negativos do ponto de vista ambiental, social e laboral, bem como no respeito pelos direitos humanos, pela luta contra a corrupção e o suborno; e

- a prestação de informações relativas à sustentabilidade em relação aos produtos financeiros.

Com efeito, nos termos do regulamento, os participantes no mercado financeiro não só devem disponibilizar informações relativas às suas participações e respetiva integração dos riscos de sustentabilidade no seu processo de tomada de decisão de investimentos, mas também fornecer informações sobre os impactos negativos ao nível das entidades das decisões de investi-

mento nos fatores de sustentabilidade.

Estas são, contudo e à data, as únicas obrigações legais específicas nos termos da legislação aplicável na jurisdição portuguesa que exigem que investidores institucionais e intermediários financeiros considerem fatores ESG nas suas decisões de investimento.

Inexistem também quaisquer incentivos, benefícios ou apoio financeiro que visem incentivar investidores institucionais e intermediários financeiros a integrar o ESG e outros fatores não financeiros na sua tomada de decisão de investimento.

Com efeito, embora as matérias relacionadas com sustentabilidade e ambiente estejam a ganhar um relevo crescente na agenda dos decisores políticos e reguladores, o nível de implementação e desenvolvimento da orientação política em relação a matérias ESG, purpose-driven business e investimento de impacto encontra-se ainda num estágio embrionário, com um elenco curto de legislação e regulamentação dedicada a estas matérias e, por conseguinte, com um longo caminho a percorrer.

De facto, o setor privado parece ser para já a força impulsionadora do ponto de vista organizacional, para a implementação de objetivos e políticas comuns a todo o setor. A este respeito, associações como o BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, que reúne alguns dos maiores players empresariais do mercado português, têm sido o motor da criação de diferentes grupos de trabalho com o objetivo de monitorizar e contribuir para o desenvolvimento de políticas ESG, desenvolver conhecimento, promover o debate e sensibilizar as empresas para a

importância dos temas ESG.

Apesar de nos tempos recentes a autorregulação ter levado alguns dos setores privados a uma evolução assinalável neste particular, uma intervenção regulatória assertiva levaria evidentemente os temas ESG para outros patamares e teria certamente um impacto positivo na economia Portuguesa e na sociedade como um todo.

A título de exemplo, a introdução, com carácter de obrigatoriedade, do purpose nos estatutos das sociedades, bem como da demonstração regular por parte da administração, de um modo detalhado, de como, e em que medida, aquele está a ser prosseguido, corresponderia a um avanço extraordinário no direito societário Português e uma reorientação do seu paradigma, passando de uma abordagem estritamente assente no shareholder-value, para um abordagem purpose-driven.

Seria também chave repensar a política fiscal com vista a desenvolver um pacote de incentivos fiscais para purpose-driven companies assente numa abordagem holística e adaptado às características (e necessidades) da economia Portuguesa. Tal conjunto de medidas de natureza fiscal poderia incluir, entre outros, um conjunto de benefícios fiscais diretos e indiretos que permita às empresas reduzir os custos e reformar o seu modelo de negócio e estrutura produtiva de modo a assegurar um crescente cumprimento de critérios ESG. Por fim, seria ainda importante estabelecer incentivos para o investimento dos particulares em purpose-driven companies, seja por meio de equity ou dívida. ●

Transição energética: cinco desafios

Vivemos tempos sem precedentes no setor da energia. O setor energético será, dentro de 10 anos, radicalmente distinto do que é hoje, sendo, porém, difícil de imaginar o quão diferente poderá ser em 30 anos, em 2050.

A transição energética descreve o caminho de uma economia ainda fortemente sustentada em combustíveis fósseis rumo a uma sociedade mais neutra em emissões de carbono, seja pela redução das emissões, seja pelo aumento da captura natural ou artificial de carbono. Trata-se da transição mais importante dos nossos tempos, mas também da mais difícil.

É consensual que transição energética significa maior produção renovável, eletrificação, eficiência energética, digitalização e aumento de mecanismos de flexibilidade do sistema elétrico. Porém, para termos sucesso, é necessário garantir um equilíbrio fino entre as três vertentes que compõem o trilema da energia: a salvaguarda ambiental, a segurança de abastecimento e a acessibilidade de preços. Destacarei, sem preocupação de exaustividade, cinco desafios que considero essenciais para garantir este equilíbrio.

Um primeiro desafio prende-se com a necessidade de tirar do papel os enormes investimentos anunciados em projetos de energia renovável. É preocupante que, com apenas cerca de 1 GW de projetos solares em larga escala instalados, já se esteja a sentir uma reação social adversa aos mesmos, típica do fenómeno not in my backyard. Como conseguiremos multiplicar esta capacidade por sete até 2030 (como previsto no PNEC), ou até por mais, à luz dos reforçados objetivos do pacote Fit for 55 e da estratégia nacional para o hidrogénio?

A principal resposta tem de passar, a meu ver, pela qualidade dos projetos. Não só a qualidade técnica, mas a qualidade ambiental e social, através de medidas robustas que garantam efeitos ambientais líquidos po-



É a transição mais importante dos nossos tempos, mas também a mais difícil.

sitivos e aceitabilidade social, em ligação com as comunidades locais. Todos os projetos de energia renovável são verdes, mas o verde será mais reluzente nuns do que outros. Se queremos cumprir os objetivos de descarbonização, temos de estar disponíveis para pagar mais por projetos de maior qualidade. Apostar unicamente no preço pode ser contraproducente.

Em segundo lugar, contam-se os desafios inerentes ao planeamento e acesso à rede elétrica. Coloca-se, desde logo, a questão de saber qual o equilíbrio desejado entre, por um lado, a centralização de produção renovável (grandes parques eólicos e solares) e a geração distribuída. Neste momento, estas duas modalidades são promovidas indiferenciadamente e o caminho é, ainda, demasiado longo para que nos possamos dar ao luxo de privilegiar qualquer destas modalidades, devendo ser o mercado a ditar as melhores opções.

Porém, a prazo, teremos de ser capazes de encon-

trar um equilíbrio entre produção em larga escala e distribuída (a qual se deveria focar no autoconsumo). O autoconsumo será uma peça incontornável da tomada de controlo pelas empresas e cidadãos da gestão da sua energia. Alguma expansão de redes privadas e sistemas behind the meter, em Portugal muito pouco desenvolvidos, será necessária e vantajosa. Mas não se pode esquecer a necessidade de aumento significativo da produção em larga escala, os investimentos necessários à expansão e capacitação da rede pública e a equidade no pagamento dos respetivos custos.

Ainda no âmbito do planeamento das redes de energia, é determinante garantir o equilíbrio entre eletrificação e reforço das redes de gás. Considera-se hoje que a eletrificação, sempre que tecnicamente possível, é o caminho mais eficaz para a descarbonização. Mas a eletrificação excessiva pode não ser custo-eficiente e acarreta o risco de redução da utilização da rede de gás natural, deixando custos fixos que terão de ser pagos e prejudicando a sua futura utilização pelos gases renováveis.

Um terceiro desafio prende-se com a necessidade de assegurar preços de energia estáveis e acessíveis. A volatilidade do preço da energia está para ficar no curto e médio prazo, porque as renováveis não serão ainda suficientes para cobrir todo o consumo em todo o ano. Vejam-se os preços atuais da energia que, embora influenciados por motivos conjunturais, refletem uma mudança estrutural de paradigma.

A volatilidade dos preços ameaça a percepção dos benefícios da transição energética e a concorrência entre agentes. Sem prejuízo da discussão sobre a reforma do mercado marginalista e a criação de mercados

de capacidade, são prementes medidas que previnam ou protejam os agentes e os consumidores desta volatilidade. À cabeça destas estará a dinamização do mercado de futuros e derivados da energia, dando-lhe a liquidez que hoje não tem.

Em quarto lugar, o caminho necessário e virtuoso do aumento da capacidade renovável não pode ignorar que a segurança do sistema e a fiabilidade da rede exige capacidade de back-up firme.

No médio e longo prazo, esta segurança passará pelo armazenamento com baterias, flexibilidade da procura e armazenamento com gases renováveis. Porém, a curto e médio prazo, não poderemos prescindir do gás natural, que será peça essencial para que a penetração de renováveis seja possível sem o sistema falhar.

Em último lugar, é imperioso reforçar as interconexões entre a Península Ibérica e a França e pôr fim ao estrangulamento que atualmente existe. Sem isso, a primeira verá bastante limitada a capacidade de trânsito da produção e não terá acesso a um verdadeiro mercado europeu. Apesar de se registar uma evolução favorável no que respeita ao nível de interligação com Espanha, o mesmo não sucede em relação ao nível de interligação entre a Península Ibérica e França, muito longe de atingir o objetivo comunitário de 10 % de interligações elétricas em 2020.

Todos estes desafios fazem da transição energética uma tarefa simultaneamente fundamental e hercúlea. Temos de ser capazes, e já, de antecipar as condições necessárias para que a transição energética ocorra de forma ambiental e socialmente sustentável, segura para o sistema e acessível para os utilizadores finais. ●



JOÃO MARQUES MENDES
Sócio co-coordenador da
área de Energia da PLMJ

EM PARCERIA COM PLMJ

RESPONSIBLE BUSINESS

A PLMJ APOIA EMPRESAS E INVESTIDORES EM TODOS OS ASSUNTOS AMBIENTAIS E DE GOVERNANCE, AJUDANDO A TRANSFORMAR DIFICULDADES EM OPORTUNIDADES.

Ser consciente nos negócios deixou de ser moda, e passou a ser prioritário. Os critérios ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) estão no core da estratégia da PLMJ. Procuramos cada vez mais consistência, ambição e determinação com o foco no bem-estar das nossas pessoas, monitorização do impacto social gerado pela nossa atividade e no apoio aos nossos clientes e parceiros.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas surgem como elemento transversal para a atuação da PLMJ. Somos membros do UN Global Compact e o nosso compromisso para com os Dez Princípios do Global Compact das Nações Unidas ajuda-nos a definir metas ambiciosas.

De olhos postos na procura das melhores soluções para mitigar o impacto da nossa atividade e no equilíbrio da vida das nossas pessoas, queremos contribuir para a resolução de problemas sociais e ambientais. Acreditamos que é sempre possível devolver valor à sociedade, sem pôr em causa o princípio da prosperidade da nossa atividade. É no equilíbrio de gestão e mitigação de impacto no ambiente e na sociedade por um lado, e a construção de um projeto de crescimento e economicamente sustentável por outro, que assenta a nossa ética de negócio, e por todos estes motivos a PLMJ decidiu lançar a área de Responsible Business.

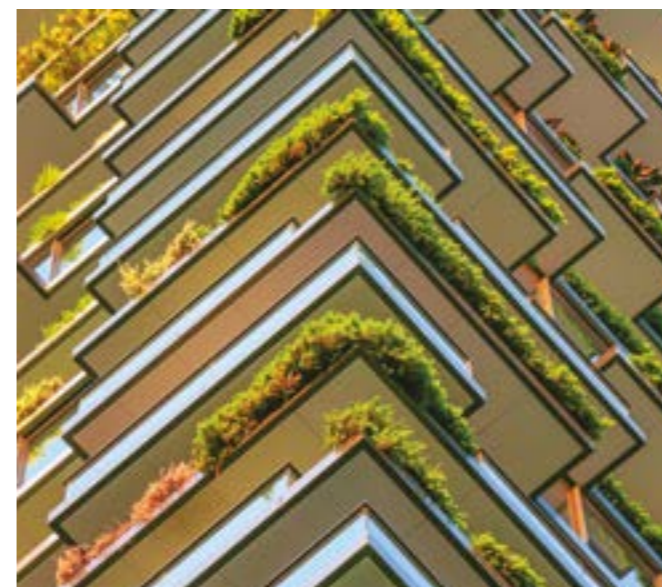
Apoiamos empresas e investidores em todos os assuntos ambientais, sociais e de governance e ajudamos a transformar dificuldades em oportunidades. Reconhecemos que a atividade empresarial está sujeita a muitas exigências que obrigam os gestores a expandir o seu âmbito de visão. Exigências essas que resultam da pressão exercida por investidores, consumidores, trabalhadores e governos no sentido de que as empresas devem considerar um conjunto de outros interesses para além da maximização do lucro acionista e são enquadradas.

Esta nova realidade acarreta riscos adicionais que poderão resultar em impactos negativos, nomeadamente em termos de responsabilidade legal, danos reputacionais e perda de negócio. Estes riscos apresentam uma natureza complexa, agravada pela dimensão internacional da atividade e pela multiplicidade de relações existentes na cadeia de valor. Por outro lado, a liderança nas diversas vertentes ESG cria oportunidades de diferenciação face à concorrência e melhoria do desempenho.

A equipa de Responsible Business da PLMJ está focada em três áreas principais:

1. Financiamento sustentável e social

A crescente procura por investimentos que tenham em conta o impacto social permitiu um alargamento das fontes de financiamento para investimento sus-



tentável ou de transição à disposição das empresas. Na perspetiva dos emitentes é essencial a escolha das métricas adequadas e o estabelecimento do modelo de reporting mais ajustado ao negócio.

A gestão de ativos tem especial importância no alargamento do acesso generalizado a produtos financeiros ligados a métricas ESG, desempenhando um papel essencial no acompanhamento das melhores práticas por parte dos emitentes de produtos financeiros. Para este efeito é essencial a existência de um processo adequado de incorporação de fatores e critérios ESG nas decisões de investimento e em todos os processos de gestão de ativos.

Apoiamos os nossos clientes em:

- Emissão de green bonds, sustainability linked bonds e transition bonds
- Constituição de sociedades e fundos de empreendedorismo social, bem como assistência nos seus investimentos de impacto
- Constituição de organismos de investimento coletivo com políticas de investimento que incluam critérios ESG.

2. Empresas e Direitos Humanos

A conduta esperada das empresas passa pela proteção dos Direitos Humanos, acautelando impactos adversos que possam resultar da sua atividade.

A existência de políticas e processos robustos que

permitam identificar, prevenir ou mitigar esses impactos negativos é cada vez mais relevante. Apenas desta forma é possível evidenciar um compromisso com os Direitos Humanos, nomeadamente através de processos internos de due diligence, avaliações de impacto e sistemas de compliance.

Apoiamos os nossos clientes em:

- Programas de compliance
- Política de Direitos Humanos
- Relato sobre a situação ao nível de Direitos Humanos, incluindo demonstrações não financeiras
- Avaliação de impacto ao nível de Direitos Humanos
- Due diligence de Direitos Humanos, incluindo fornecedores e demais parceiros
- Investigação de eventos e gestão de crises envolvendo Direitos Humanos
- Representação em litígios envolvendo Direitos Humanos
- Programas de formação em Empresas e Direitos Humanos
- Estabelecimento de programas de remediação

3. Ética de negócios

O consenso crescente entre os stakeholders das empresas estabelece que o simples cumprimento das regras legais não é suficiente para colmatar as exigências de integridade. Além disso as regras legais recorrem com frequência a conceitos vagos, sendo a ética útil para concretizar as práticas exigíveis.

O recurso a normas éticas também é essencial na gestão de riscos e na prevenção. Os programas de compliance são insuficientes quando não acompanhados de uma forte cultura da organização. Esta realidade resulta evidente na análise da anatomia dos maiores escândalos empresariais. Exige-se por isso à direção de topo das empresas que estabeleça uma cultura ética que ajude os colaboradores a fazerem as melhores opções e alertarem para incumprimentos.

Apoiamos os nossos clientes em:

- Procedimentos internos, incluindo Códigos de Ética e de Conduta
- Revisão de programas de compliance e de cultura interna
- Programas de formação
- Análise de situações de conflitos de interesses e estabelecimento de programas de remédio
- Due diligence de corporate governance. ●